



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 16 de julho de 2025

<b>Bolsas</b> Na terça-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na terça-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na terça-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,04% São Paulo	136.743	R\$ 5,558 (- 0,47%)	R\$ 1.518	R\$ 6,448	14,90%	14,91%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24
0,98% Nova York	135.250						
	10/7 11/7 14/7 15/7						
		Últimos					
		9/julho 5,502					
		10/julho 5,545					
		11/julho 5,547					
		14/julho 5,584					

## TARIFAÇO DE TRUMP

Em reuniões com empresários do setor industrial, vice-presidente Geraldo Alckmin afirma que o país buscará negociar com autoridades dos EUA antes de as novas tarifas entrarem em vigor em 1º de agosto

# Governo tentará reverter sobretaxa

» RAFAELA GONÇALVES

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, deu a largada, ontem, a uma série de reuniões com representantes do setor produtivo para discutir estratégias de reação às tarifas de 50% impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre produtos brasileiros que passarão a valer a partir de 1º de agosto. A ideia do governo é tentar resolver o impasse até o dia 31 e "avançar nas negociações nos próximos dias".

Os encontros realizados, ontem, na sede do Mdic, foram divididos entre dois blocos. Pela manhã, Alckmin reuniu-se com setores industriais como aviação, aço, alumínio, celulose, máquinas, calçados, móveis e autopeças. À tarde, foi a vez do agronegócio, com representantes das cadeias de suco de laranja, carne, frutas, mel, couro e pescado.

"Ouvimos, ao longo do dia, os segmentos mais afetados pelas novas tarifas, setores com forte relação comercial com os EUA", disse o vice-presidente à imprensa. Ele considerou. Ele afirmou que o governo busca reverter a medida até 1º de agosto, quando a sobretaxa aos produtos brasileiros entrará em vigor, mas não descarta solicitar a prorrogação do prazo caso não haja avanço nas negociações. "O prazo é exíguo, mas vamos trabalhar para tentar avançar o máximo nesse prazo", reforçou.

Alckmin também destacou que o setor produtivo brasileiro vai acionar seus parceiros comerciais nos Estados Unidos, reforçando a importância de uma mobilização bilateral. "É uma relação importante que repercute também nos Estados Unidos, podendo encarecer produtos e a economia americana", disse. Ele lembrou que as exportações do Brasil para os EUA cresceram 4,37% de janeiro a junho, enquanto as exportações norte-americanas para o Brasil subiram 11,48% no mesmo período.

Cadu Gomes/VP



Na sede do Mdic, Alckmin ouviu representantes do setor produtivo pedirem ao governo buscar adiamento de 90 dias para as novas tarifas dos EUA

"Portanto, é totalmente incompreensível essa decisão da tarifa."

Os encontros de ontem liderados por Alckmin fazem parte das ações do comitê interministerial criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para coordenar a resposta brasileira ao tarifação de Trump. O grupo reúne representantes do Mdic, Casa Civil, Ministério da Fazenda e Ministério das Relações Exteriores (MRE). De acordo com Alckmin, as conversas continuam e a construção de uma resposta unificada está em andamento. Hoje, ele seguirá conversando com entidades do setor produtivo e com representantes das câmaras de comércio bilaterais.

O vice-presidente afirmou, ainda, que o governo brasileiro enviou cartas formais aos Estados Unidos para negociar as tarifas desde a primeira rodada de sanções, mas ainda não obteve resposta.

### Cautela

Em meio à escalada das tensões comerciais, Lula também assinou o decreto que regulamenta a Lei da Reciprocidade Econômica. Aprovada pelo Congresso, a norma define os critérios para que o Brasil possa suspender concessões comerciais, investimentos e obrigações relativas à propriedade intelectual, como forma de reação a medidas unilaterais que comprometam a competitividade do país no comércio internacional.

Na reunião com Alckmin, representantes do setor produtivo defenderam uma solução para o impasse tarifário antes de o governo partir para medidas de reciprocidade. "O mais importante é que o Brasil não pretenda reagir de forma intempestiva. O que entendemos dessa reunião é que o país não vai se precipitar em adotar medidas de

retaliação, para que elas não sejam interpretadas apenas como uma disputa", disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, a jornalistas. Ele destacou a união entre governo, indústria e agronegócio na busca por uma solução negociada.

"Estamos todos trabalhando, todos falando a mesma língua. A racionalidade, o bom senso e o equilíbrio vão prevalecer", disse Alban, reiterando que o Brasil não tomará medidas precipitadas. "Não se trata de retaliação. O que queremos é entendimento", frisou.

O presidente da CNI reforçou a crítica ao aumento das tarifas pelos EUA. "Não faz nenhum sentido que o Brasil saia do piso para o teto sem nenhuma motivação econômica. Isso é algo fatídico, não é especulação", afirmou.

Em carta assinada pela entidade, representantes do setor

produtivo alinharam a defesa de um adiamento mínimo de 90 dias na aplicação das novas tarifas.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, que também participou do encontro, reforçou a confiança na capacidade de negociação do governo brasileiro. "Temos absoluta confiança que os mais de 200 anos de boas relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos não vão se romper dessa maneira. Vamos chegar a um entendimento", afirmou. "Não é só o Brasil que perde, os Estados Unidos também perdem muito."

### Alimentos

Uma das grandes preocupações é com as exportações de alimentos, e Alckmin ressaltou a urgência de uma solução negociada, especialmente sobre o agronegócio brasileiro.

Segundo ele, a natureza dos produtos exportados exige celeridade nas tratativas. "No caso do agro, temos duas situações que exigem atenção: produtos perecíveis e cargas que já estão embarcadas. Por isso, o prazo é uma questão crítica, e todos nós estamos empenhados em buscar alternativas rapidamente", declarou.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, criticou a forma unilateral como os Estados Unidos impuseram tarifas sobre produtos brasileiros e defendeu o diálogo como caminho essencial para reverter a medida — especialmente no caso de alimentos. Para ele, esses itens não deveriam ser incluídos na lista de produtos taxados.

"O mundo enfrenta uma grave insegurança alimentar. Milhares de pessoas tomaram café da manhã hoje sem saber se terão o que almoçar. Alimento não pode ser tratado como uma commodity qualquer. Taxar alimentos é um erro. Isso não é atitude de quem pensa na humanidade", afirmou o ministro. Ele destacou que o governo está empenhado em buscar soluções, mas alertou para os limites do curto prazo.

Responsável por cerca de 98% das exportações de carne bovina do país, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), levou ao governo federal um alerta sobre os impactos imediatos da medida no setor. Segundo o presidente da entidade, Roberto Perosa, a incerteza em torno da nova taxa já está afetando a produção. "Nossos frigoríficos estão parando de produzir carne destinada aos Estados Unidos, justamente por causa da indefinição." Ele destacou que os EUA são o segundo principal destino da carne bovina brasileira, atrás apenas da China. "Com essa taxa, se torna inviável continuar exportando para os Estados Unidos. Temos cerca de 30 mil toneladas já produzidas, que estão nos portos ou em trânsito. É um volume de aproximadamente US\$ 150 milhões a 160 milhões que está a caminho e nos preocupa como isso será tratado a partir do dia 1º (de agosto)."

## Câmaras de comércio pedem diálogo

» FERNANDA STRICKLAND

As duas principais entidades empresariais que representam os interesses comerciais dos Estados Unidos e do Brasil divulgaram, ontem, uma nota conjunta pedindo aos governos dos dois países que iniciem "negociações de alto nível" para evitar a implementação da tarifa de 50% anunciada pelo presidente norte-americano, Donald Trump, sobre produtos brasileiros.

A sobretaxa aos produtos brasileiros, que está prevista para entrar em vigor no dia 1º de agosto, é vista com preocupação pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos (U.S. Chamber) e pela Câmara Americana de Comércio no Brasil (Amcham Brasil), que apontam prejuízos expressivos à economia bilateral e à competitividade da indústria norte-americana.

Segundo o comunicado, mais de 6.500 pequenas empresas norte-americanas dependem de produtos importados do Brasil, e outras 3.900 companhias dos EUA

mantêm investimentos no país. O Brasil, lembram as entidades, figura entre os 10 principais destinos de exportações norte-americanas, que somam cerca de US\$ 60 bilhões por ano.

"A imposição dessa medida como resposta a questões políticas mais amplas tem o potencial de causar danos graves a uma das relações econômicas mais importantes dos Estados Unidos, além de estabelecer um precedente preocupante", alerta a nota.

As entidades empresariais destacam que a tarifa pode desorganizar cadeias produtivas essenciais, aumentar o custo de vida das famílias americanas e reduzir a competitividade de setores estratégicos da economia dos EUA. Elas reiteram que um relacionamento comercial estável e produtivo "beneficia os consumidores, sustenta empregos e promove a prosperidade mútua".

A carta de Trump enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada integra uma série de comunicados direcionados a

parceiros comerciais, informando novas taxas mínimas exigidas para manter relações comerciais com os Estados Unidos. A tarifa imposta ao Brasil — de 50% — é a mais alta entre todas as anunciadas até o momento. O México e a União Europeia, por exemplo, foram notificados sobre tarifas de 30%.

Diante da escalada, a U.S. Chamber e a Amcham Brasil afirmam que permanecem à disposição para "apoiar iniciativas que favoreçam uma solução negociada, pragmática e construtiva — que evite a escalada da atual situação e garanta a continuidade de um comércio bilateral mutuamente vantajoso".

### Justificativa

Em declaração feita na Casa Branca, ontem, Trump justificou a sobretaxa aos produtos brasileiros em 50%. "Porque eu sou capaz de fazer isso. Ninguém mais seria capaz", disse. Ele negou que a medida teria algum motivo de segurança

nacional. "Temos tarifas em vigor, porque queremos tarifas e queremos que o dinheiro entre nos EUA", afirmou.

O mais importante, segundo ele, é que as tarifas podem convencer o país ou a empresa a "construir nos EUA, fabricar seus produtos nos EUA, e isso cria empregos".

Mais tarde, Trump voltou a defender o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que enfrenta julgamento pela suposta trama golpista que teria tentado impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva. "O presidente Bolsonaro é um bom homem", disse Trump. "O presidente Bolsonaro não é um homem desonesto. Ele ama o povo brasileiro. Lutou muito pelo povo brasileiro. Ele negociou acordos comerciais contra mim em nome do povo brasileiro e foi muito duro."

"Acredito que seja uma caça às bruxas e não deveria estar acontecendo", continuou Trump negando que seja amigo de Bolsonaro. "Olha, ele não é, tipo, um amigo meu. Ele é alguém que eu conheço."

### "Intromissão indevida"

Evaristo Sá/AFP



O Ministério das Relações Exteriores (MRE) condenou, ontem, comunicados da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília e do Departamento de Estado norte-americano que criticaram o poder judiciário brasileiro e apelidaram o Supremo Tribunal Federal (STF) de 'Supremo Tribunal de Moraes'. Para o governo brasileiro, as notas de órgãos do governo norte-americano, que ainda defenderam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que é réu no processo no STF, representam uma "nova intromissão indevida e inaceitável em assuntos de responsabilidade do Poder Judiciário brasileiro". "Essa interferência direta (de autoridades norte-americanas à democracia brasileira) é inaceitável", declarou o titular do MRE, Mauro Vieira. (Francisco Artur de Lima)